

## Responsabilidade com o Desenvolvimento Regional – I

Nilson Pimentel (\*)

07/04/2017

Ainda nessa semana, conversando com alguns persistentes empresários da economia 'tradicional' amazonense e outros economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) em que discutíamos sobre determinadas questões que hoje estão em voga nos discursos das autoridades do Amazonas, como se fosse uma panaceia (*substantivo feminino, 1. planta, beveragem, simpatia, ou qualquer coisa que se acredite possa remediar vários ou todos os males. 2. figurado, o que se emprega para remediar todas dificuldades*) na solução para a estagnação econômica que se encontra os Municípios do Amazonas, chegando-se há algumas constatações que trazem por detrás algo da incapacidade de resolver ou encaminhar soluções para as demandas sociais e para o necessário desenvolvimento econômico do estado.

Como sabe a sociedade amazonense e, principalmente a população de Manaus, as deficiências quanto às questões que envolvem a Economia e o Desenvolvimento Econômico Regional se arrastam pelo menos há 50 anos desde a implementação do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM).

Essas questões que envolvem o aproveitamento econômico das potencialidades naturais que o Amazonas detém, faz algum tempo que se discutem todos esses assuntos como um dos caminhos a ser trilhados para o desenvolvimento regional, nada é novidade, mas se precisa lastrear nos conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos objetivando-se alterar as práticas centenárias que se exercem algumas atividades econômicas que utilizam essas matérias primas regionais, assim como, organizar e reordenar outras em processos de gestão, em conjunto de etapas produtivas ou fases de afinidades convergentes, economicamente.

Aqui no Amazonas, visando processos de desenvolvimento econômico regional, além dos estudos, análises e alguns experimentos, já se tratou de vocações regionais, inter e intra regionais, de Cadeias Produtivas ainda não muito bem identificadas e/ou classificadas, de Parques Industriais Municipais, de Polos Regionais de Desenvolvimento, de AgroIndústrias, de especialização de produção agrícola em determinados espaços intermunicipais, da Industrialização vinculada a determinadas matérias primas primárias, da diversidade de uso e aproveitamento de extrato, essências, substâncias naturais em processos primários de certos produtos artesanais e em processamento industrial, da exploração do extrativismo primário de flora, fauna e mineral, de experimentos de cultivos de determinadas espécies para melhor aproveitamento racional, dentre tantos exemplos que já se tem conhecimento.

Contudo, nesses últimos 50 anos quase nada se fez de concreto para alterar os rumos da economia amazonense que resgatasse da estagnação o *hinterland* que vem se agravando e degradando gradativamente.

Ainda no Amazonas não se pode saudar um desenvolvimento econômico regional e uma evolução econômica como conquistas irreparáveis ou de festejar um modelo de desenvolvimento endógeno que nos permita libertar das dependências que nos amarra, ainda porque não existem recursos naturais infinitos e que espere por vontade política para o desenvolvimento econômico de cada região do estado amazonense.

Ou como de outra forma dizer, os próprios recursos naturais potenciais e a sociedade que tanto necessita desse desenvolvimento econômico se interpõem em questões problemáticas, haja vista, ser dever do governo estadual, como indutor do desenvolvimento, identificar em que dimensão econômica será utilizado determinado potencial natural? Será saber para onde se quer ir? Quais os caminhos e as metas a serem alcançadas?

E, ainda não se sabe qual o '*modelo*' a ser adotado, mesmo que se considere cada característica inter-regional dos municípios que compõem as nove sub-regiões amazonense.

Os especialistas do CEA não descartam que somente um Planejamento Econômico Estratégico poderá induzir ao aproveitamento das características locais de cada Município e concorrer para o resgate econômico regional.

No entanto, para aqueles economistas, o governo estadual como indutor primordial desse desenvolvimento regional, nesse foco endógeno, deve mobilizar os agentes e atores locais para que as ações, projetos e programas sejam de desenvolvimento regional de dentro para fora, sem imposição de cima com o sentido político dessa modelagem.

E, aqueles especialistas, entendem que o desenvolvimento econômico regional seja um processo de transformação econômica, social e política que altere e melhore o padrão de vida da população envolvida, integrando ao fluxo econômico-financeiro externo de bens com outros mercados.

Portanto, para os economistas desenvolvimentistas o importante é frisar como dogma, o papel da Ciência da Economia na promoção do desenvolvimento econômico regional que envolva questões do social, como libertador do atraso, da estagnação e que promova a dinamização sócio-cultural da sociedade envolvida.

Nesse primeiro quartil do Século XXI, os processos de desenvolvimento econômico em regiões que possuem grandes mananciais de recursos naturais, como as do estado do Amazonas, mas que ainda se encontram isoladas ou em processo de estagnação econômica, principalmente em regiões que tem resultantes comprovados de causação climática em outras.

Entende-se que esses processos devem ser discutidos nos níveis dos conhecimentos científicos da Ciência da Economia, da tecnologia e da inovação de processos produtivos e de gestão, assim como no envolvimento do contexto social, cultural e de cidadania, como tomada consciente do ponto de vista da sustentabilidade econômica e ambiental.

Pois, não há desenvolvimento regional com crescimento econômico sem que não se tenha um preço a pagar, por isso há necessidade do planejamento econômico estratégico, para que não se tenha a evasão das perguntas que devem ser feitas e não as são.

Qual a matriz econômica de cada projeto e sua cadeia de valor? Para que ponto se quer conduzir o desenvolvimento econômico local daquela sociedade envolvida? Nas questões sociais? Nas questões Culturais? Que densidade demográfica se quer chegar na região? Dentre tantas outras, pois se não respondidas os riscos implícitos poderão inviabilizar programas e projetos tornando-se inexequíveis economicamente, no sentido endógeno de tais regiões.

O que justamente se discute, por exemplo, que indicadores são construídos a partir de conceitos externos, como o de qualidade de vida, o de desenvolvimento humano, etc, os quais são mensurados muito restritamente como expectativas, como quando se implantam cursos de formação superior, ou de melhoria hospitalar, e outros itens a considerar, e ainda mais, os índices de criação de empregos, quando na realidade são apenas de ocupação em determinadas atividades econômicas, que podem ser identificados por fluxos econômicos que partem do centro irradiador de recursos, no caso, a cidade de Manaus.

Casos em que se precisam dimensionar especificamente em cada região municipal, fatores mais específicos para aquele espaço, como autonomia e autodeterminação socioeconômica daquela população e atualmente, ainda não se consegue identificar nessas análises.

**(\*) Economista, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.**